

## 7. Breves comentários aos modelos de calcolitização do Centro-Sul de Portugal

*“O conhecimento arqueológico move-se amiúde como as marés e o que fica na praia em baixa-mar é, frequentemente, ínfima fracção do que a maré alta carreou.”*

Gonçalves, 1989, p. 419

Os modelos explicativos que têm sido confrontados nas últimas duas décadas, no que se refere à génese do Calcolítico em Portugal, podem resumir-se, de uma maneira muito mais expressiva do que em relação ao Neolítico, em termos de colonialismo *versus* indigenismo.

Os modelos evolucionistas da neolitização, pelo menos em Portugal, admitiram sempre a necessidade de uma origem forânea, em última análise referida ao Próximo Oriente, mesmo se com escalas em áreas mais próximas, uma vez que alguns elementos fundamentais, como os cereais ou os ovinos e caprinos, não parecem ter indiscutíveis antepassados selvagens nos biótopos quaternários europeus (Bernabeu, 1993, p. 232; Dannel, 1985, p. 159-161; Dinis, 1994, p. 85; Martí, 1983, p. 103; Rubio, 1989, p. 16).

A presença, aliás muito significativa, de filões cupríferos, incluindo o cobre nativo, no Sul de Portugal, permitiria, pelo contrário, que as comunidades locais, atingidos alguns requisitos de carácter socio-económico, enveredassem, de uma forma autónoma, com ou sem estímulos oriundos de outras regiões, na exploração desse recurso, cuja tecnologia não parece exigir nem equipamentos, nem um *know how* demasiado excepcionais (Delibes e Fernández-Miranda, 1993, p. 10; Gonçalves, 1989a, p. 448).

O Calcolítico surge-nos como um processo de profundas transformações económicas, sociais e culturais, cujas manifestações mais inovadoras e evidentes, ao nível da cultura material, são a metalurgia, por um lado, e as fortificações, por outro.

A explicação difusionista viu sempre nestes dois fenómenos uma relação de causa-efeito; efectivamente teriam sido os prospectores do cobre os obreiros ou os inspiradores dos primeiros povoados fortificados, cuja aparente localização em zonas costeiras ou de fácil acesso ao litoral, sublinhava a sua dependência, tecida por via marítima, em relação ao mítico foco civilizador do Mediterrâneo Oriental (Blance, 1995, p. 56; Uerpmann, 1995, p. 52).

A elaborada arquitectura defensiva de povoados como Los Millares, Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal, suscitou a comparação com outros exemplares mediterrânicos, de traça bastante similar, como Chalandriani, no arquipélago cicládico, assim como outros pontos intermédios, ao longo do Mediterrâneo, lidos, naturalmente, como uma progressão civilizacional de oriente para ocidente.

A corrente colonialista, actualmente muito mitigada, foi entretanto profundamente abalada pelos trabalhos de C. Renfrew (Renfrew, 1967, 1979), cujos argumentos mais decisivos repousaram na revisão de alguns aspectos gerais da pré-história europeia, com base nas datações radiocarbónicas; a metalurgia e as fortificações passaram a ser entendidas como fenómenos de invenção independente, ou, no caso das últimas, pôs-se mesmo a hipótese de um fluxo em sentido inverso ao tradicionalmente admitido.

De facto, muitos problemas permanecem em aberto: no Mediterrâneo circulavam, desde há muito, alguns produtos e ideias, por muito que pese aos espíritos mais anti-colonialistas primários; o próprio facto de pouco sabermos sobre a circulação das pessoas, não implica que isso não ocorresse em maior ou menor grau e com impactos diferenciados.

Faltava, nessa discussão, uma base de dados suficientemente idónea que permitisse avaliar a questão numa dimensão mais próxima da realidade. Refiro-me, por exemplo, aos povo-

ados fortificados localizados no interior que têm vindo a ser identificados e estudados a partir da década de 70: S. Justa, no Alto Algarve Oriental (Gonçalves, 1989), S. Brás (Parreira, 1983) e Cortadouro (Silva e Soares, 1976-77), no Baixo Alentejo Interior, Monte da Tumba, na bacia média do Sado (Silva e Soares, 1987), Escoural, no Alentejo Central (Gomes et al., 1983, 1993) Castro de Santiago, na Beira Alta (Valera, 1992) Castelo Velho, em plena depressão de Chaves (Jorge, 1993), para referir apenas, de Sul para Norte, alguns dos que foram escavados e publicados e circunscrevendo-me ao território nacional (Jorge, 1994, p. 463, Fig. 1).

Faltavam, e creio que são fundamentais (Delibes e Fernández-Miranda, 1993, p. 173), os grandes ou médios povoados abertos, com artefactos aparentemente indestrinçáveis dos povoados fortificados, entre os quais se destacam a Sala n.º 1 e a Mangancha, na Vidigueira (Gonçalves, 1989a, 1989b) e o Porto Torrão, em Ferreira do Alentejo (Arnaud, 1983, 1994).

O mundo do Neolítico Final-Calcolítico, qualquer que seja a génese do fenómeno, evidencia, particularmente no Sudoeste peninsular, um grau de complexidade crescente, que se reflecte, em termos de ocupação do espaço, num leque amplo de modalidades de povoamento e numa efectiva cobertura dos territórios, com malhas cuja extraordinária densidade começamos agora a vislumbrar.

Victor Gonçalves exprimiu perfeitamente esta complexidade, assegurando que “o Calcolítico não se resume à questão das fortificações”, “nem sequer à metalurgia do cobre”, e propondo, mais adiante, que “as sociedades pré-calcolíticas diversificam-se e evoluem em ritmos diversos, provocando assimetrias e contrastes que explicam os afrontamentos verificados” (Gonçalves, 1989, p. 448).

As actividades económicas que acompanharam ou, noutro tipo de leitura, desencadearam essa crescente variabilidade, referem-se, para além da metalurgia propriamente dita, ao pacote de inovações que se costuma designar como Revolução dos Produtos Secundários (Sherratt, 1995).

A adopção gradual de um modo de vida plenamente agro-pastoril, potenciada por novas formas de exploração dos recursos tradicionais e acompanhada de um efectivo crescimento demográfico, espacialmente bem distribuído, acarretou, pela primeira vez, a “domesticação” extensiva das paisagens, fenómeno que alguns indicadores arqueológicos e paleoambientais parecem denunciar.

A intensificação económica centrada na produção de excedentes alimentares, com recurso à irrigação, ao arado, à tracção animal, ou ao *policultivo ganadero* (Harrison e Moreno, 1985), disputam, em algumas áreas, com a mineração e a metalurgia, o papel determinante na ocorrência de profundas transformações sociais que caracterizam o mundo do III milénio a.C. e que, aparentemente, se encaminham no sentido da emergência de um poder centralizado e, em última análise, do Estado; as diversas potencialidades do meio e as formas variadas como as dificuldades foram resolvidas, arrastaram assimetrias regionais muito pronunciadas que o registo arqueológico, bem questionado, permite arrolar (Jorge, 1994, p. 480).

As transformações da ordem social neolítica que, mesmo que não tivesse sido tão idilicamente igualitária e pacífica como alguns autores supõem (Silva e Soares, 1984), traduzir-se-iam numa paulatina hierarquização intra e inter-comunitária que a gestão de actividades económicas mais intensas, em termos de integração e redistribuição, exigiria (ou possibilitaria) e que a presença crescente de bens e símbolos de prestígio, aparentemente materializa.

A construção de muralhas, tradicionalmente entendida em termos de competição externa e de defesa dos excedentes, poderia implicar também, como recentemente se defen-

deu (Nocete, 1989, p. 183), o controlo interno dos grupos que as possuíam, pelas suas próprias elites; esta leitura, formulada no quadro de uma análise marxista das sociedades calcolíticas pode relacionar-se com outra, declaradamente radicada na Antropologia do espaço (Jorge, 1994, p. 493), em que as muralhas funcionariam mais como parada militar e marcador de fronteiras do que propriamente como solução para uma verdadeira necessidade de defesa.

No nosso território, as datações e as estratigrafias com que actualmente contamos, parecem relegar para segundo plano, durante a primeira metade do III milénio, a incidência da metalurgia como catalizador dos processos de mudança. A própria construção de alguns sistemas defensivos, como o Monte da Tumba e Leceia, parece ser anterior ao aparecimento do cobre nos respectivos registos arqueológicos o que, saliente-se desde já, são apenas argumentos pela negativa e de modo algum implicam o desconhecimento do metal.

Convém sublinhar que, comparativamente, o cobre parece ganhar, no Sudeste peninsular, uma dimensão económica precoce, com povoados de aparente vocação minero-metalúrgica, embora, mesmo aí, uma economia assente na actividade agro-pecuária pareça condicionar mais decisivamente a localização dos povoados.

A localização dos recursos mineiros, no Sudoeste, deveria, naturalmente, conferir ao territórios do interior (Alentejo, Extremadura e Andaluzia Ocidental), um protagonismo particular que, no que respeita à metalurgia, se entrevê, em geral, apenas nos finais do Calcolítico.

No entanto, a extraordinária pujança que estas áreas manifestam, se consideramos a quantidade de povoados conhecidos e a dimensão de alguns deles (La Pijotilla corresponde a uma área dezasseis vezes maior que Los Millares e Valencina de la Concepción, cerca de sessenta), apesar das distintas implicações da área ocupada com e sem constrangimentos defensivos, permite desdenhar dos modelos de Centro-Periferia, forçadamente alicerçados nas relações políticas e económicas, actualmente vigentes, entre o Interior e o Litoral (Lilios, 1991).

A interacção política e cultural entre o Alentejo Central e as áreas limítrofes permanece ainda demasiado confusa; reconhece-se, em termos dos símbolos e dos rituais, uma série de pontos de contacto, entrosando no mesmo fundo superstrutural todo o Sul peninsular e que, nalguns casos, parecem ter ligações mais amplas.

Noutros aspectos, porém, as similitudes são mais circunscritas, como acontece, por exemplo, com os pratos de bordo almendrado. A importância estatística destes artefactos, verdadeiro fósil-director do Calcolítico do Sudoeste, cujo emergência se deve conectar com novos hábitos e preceitos alimentares, esbate-se a Norte do Tejo e para lá da bacia do Baixo Guadalquivir. Victor Hurtado (1984, p. 286) chegou mesmo a propor uma possível origem destes recipientes no Vale do Guadalquivir, hipótese que, com os dados actuais, não se pode ainda confirmar ou desmentir.

A comparação, recentemente vinda a lume, entre o Monte da Tumba e Leceia, em que foram evidenciadas algumas diferenças da cultura material em estratos razoavelmente sincrónicos, estabelece eloquentemente uma maior semelhança entre o Alentejo, a Extremadura espanhola e a Andaluzia do que entre o Alentejo e a Extremadura portuguesa (Silva, Soares e Cardoso, 1995, p. 159).